

APONTAMENTOS SOBRE O REGIONALISMO E O ESTEREÓTIPO NA CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO SOCIAL NORDESTINO

NOTES ON REGIONALISM AND STERIOTYPE IN THE CONSTRUCTION OF THE NORDESTINE SOCIAL IMAGINARY

Cláudio Almeida SILVA FILHO * 

Resumo: O estudo analisa a construção do imaginário social nordestino desenvolvendo uma investigação a respeito da contribuição do regionalismo e dos estereótipos em torno do Nordeste. Nesse sentido, o artigo busca compreender como os elementos – formação regional; racialização; preconceitos, etc. – que constituem esse imaginário produziram interpretações sobre a vida cotidiana vivenciada pelos nordestinos, portanto, a análise tem por objetivo construir uma discussão nas quais essas problemáticas sejam sociologicamente compreendidas de maneira crítica atentando para os fatores de construção da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Imaginário. Nordeste. Regionalismo. Estereótipos.

Abstract: The study analyzes the construction of the northeastern social imaginary by developing an investigation regarding the contribution of regionalism and stereotypes around the Northeast. In this sense, the article seeks to understand how the elements - regional formation; racialization; prejudices etc - that constitute this imaginary produced interpretations about the daily life experienced by the Northeasterners, therefore, the analysis aims to build a discussion in which these issues are sociologically understood in a critical way, paying attention to the factors of construction of Brazilian society.

Keywords: Imaginary. Northeast. Regionalism. Stereotypes.

Submetido em 27/06/2019. Aceito em 29/10/2020.

* Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia - PPGCS/UFBA, bolsista através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, e graduado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Membro do grupo de pesquisa Representações Sociais: arte, ciência e ideologia, instalado no Núcleo de Estudos em Sociologia da Arte - NUCLEART, com sede na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FFCH/UFBA. Foi bolsista como estagiário de nível superior no Centro de Estudos em Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade - CEGRES DIADORIM. Atualmente desenvolve pesquisa em torno da representação do sertão nordestino no cinema brasileiro. Estrada de São Lázaro, 197 – Federação, Salvador - BA. CEP: 40210730. E-mail: <almeidafilho.claudio@gmail.com >.



© O(s) Autor(es). 2020. Acesso Aberto. Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição - Não Comercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR).

INTRODUÇÃO

O Nordeste ao longo da história foi objeto de múltiplos entendimentos, podemos compreender isso no artigo *Reflexões sobre a atualidade e operacionalidade do materialismo histórico nos estudos das identidades* de Laurindo Pereira (2009) ao destacar quatro concepções acerca do que o autor chama de “identidade regional”, a primeira, teria seu enfoque na década de 1950 com os estudos de Celso Furtado, a segunda, entre os anos 1970 e 1980 a partir da leitura marxista tendo como principal expoente Francisco de Oliveira. A terceira estaria centrada na visão neomarxista de Iná Elias de Castro, por fim, a quarta perspectiva focada na investigação culturalista, a qual tem Durval Muniz Albuquerque Júnior seu representante central.

Dessa maneira, não propomos um diálogo teórico-metodológico com as noções empregadas por esses intelectuais, mas construir um debate do modo como o regionalismo e os estereótipos contribuíram para formar o imaginário social nordestino. Diante disso, destacar a articulação de uma ideologia¹ regional na qual o ideal de modernidade desenvolvido na parte Sul do país - representado pelo crescimento industrial, modernização do cotidiano², aceleração do espaço-tempo - contrastava com as condições remotas figuradas na incipiente industrialização, no coronelismo e na seca presente no Nordeste.

Partindo dessa compreensão, três pontos são particulares: a) interpretar a construção do imaginário social a partir da diferenciação gerada pela ideologia regional; b) destacar a relação entre a estereotipia e os meios de comunicação³; c) sinalizar como o Nordeste na contemporaneidade é objeto de preconceitos. Desse modo, se faz necessário identificar a forma de funcionamento das teorias e narrativas pensadas no processo de formação nacional brasileiro apontando a importância da literatura como fenômeno explicativo dos nordestinos, a exemplo, da obra *Os sertões* de 1902 de Euclides da Cunha.

1. ASPECTOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO REGIONALISMO

Bernardes (2007) no artigo *Notas sobre a formação social do Nordeste* destaca a criação do que viria se tornar Nordeste ligada à expansão colonial da sociedade brasileira. A modificação do espaço social no qual foi intitulado Brasil esteve marcada, desde o início, por uma concepção de territorialidade persistente por

¹ Entendemos o conceito de acordo com a concepção elaborada por Marx e Engels em *A ideologia alemã* de 1845-1846, onde é formulado pelos autores, por intermédio, da crítica realizada ao idealismo alemão: “[...] ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida” (MARX E ENGELS, 2007, p. 94).

² O conceito é empregado a partir da concepção de Agnes Heller na qual utiliza a categoria para pensar a experiência humana na sociedade vislumbrando a sua relação com a materialidade: “A vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea; e isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividade. São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação. Mas a significação da vida cotidiana, tal como seu conteúdo, não é apenas heterogênea, mas igualmente hierárquica. Todavia, diferentemente da circunstância da heterogeneidade, a forma concreta da hierarquia não é eterna e imutável, mas se modifica de modo específico em função das diferentes estruturas econômico-sociais” (HELLER, 2016, p. 36).

³ A partir dos relatos de articulistas do *Estado de S. Paulo* apontados por Durval Muniz Albuquerque Jr. (2011), e de outras fontes, a exemplo, da matéria publicada no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro trabalhada nesse artigo.

séculos expressando a transformação gradual do território pelo colonizador, e associado anteriormente a uma lógica de ocupação radicalmente distinta: as das comunidades indígenas. Um dos fatores importantes dessa nova territorialidade colonial foi a denominação dos locais apropriados e dos acidentes geográficos. No entanto, a toponímia indígena por mais que permanecesse na perspectiva do colonizador e fosse adequada a ela a sua maior utilização estava de acordo com as referências da cultura europeia.

O autor destaca alguns exemplos para pensar a estruturação do território engendrada pelo colonizador como uma extensão das suas prerrogativas políticas, religiosas, econômicas e culturais: a) enfrentamento e subordinação (às vezes destruição) da sociedade, cultura e território indígenas; b) alteração profunda da paisagem com introduções de espécies animais e vegetais inexistentes no Novo Mundo; desse modo à sistematização econômica instalada nas novas terras tinham características que podem ser descritas: a junção da produção agrícola e de cana com uma maquinaria da sua transformação em um produto novo, o açúcar. Sendo assim:

Esse complexo econômico estava marcado pela exigência de mobilizar vultosos capitais, uma rede internacional de distribuição comercial, a concentração da propriedade da terra, a conseqüente concentração de renda e a existência de formas violentas de submissão da mão-de-obra, ou seja, a escravidão. Esta, para sua existência no Novo Mundo, exigia, por sua vez, a existência de um tráfico internacional legal, dispondo de agentes em vários lugares e, ainda, de uma conveniente frota de navios (BERNARDES, 2007, p. 45).

Partindo desse contexto, Florestan (1975) aponta três fatores histórico-estruturais para explicar a crise do sistema colonial. O primeiro diz respeito à sua forma de espoliação referente ao sistema legal e político de dominação externa, o autor explica a relação político-econômica entre as coroas destacando que Portugal e Espanha não possuíam estruturas firmes economicamente, isto é, não tinham recursos suficientes para financiar as atividades mercantis. Veneza e a Holanda forneciam o capital, a tecnologia e o equipamento da funcionabilidade mercantil, já Portugal e Espanha desempenhavam um papel intermediário no processo econômico e político de exploração. O teórico explica à relação de divisão das porcentagens do açúcar brasileiro apontando que 12 a 18% do produto produzido era direcionado a economia interna, a Coroa absorvia de 25 a 30 % da produção e os mercadores holandeses recebiam o excedente e outros benefícios econômicos mais importantes, a exemplo, dos lucros produzidos pelo investimento do transporte, da produção, da Coroa e da refinação do açúcar, bem como do seu comércio nos mercados da Europa.

O segundo elemento, sendo central na instabilidade do regime, estava localizado na luta para controlar economicamente as colônias latino-americanas na Europa, principalmente Inglaterra, Holanda e França. As modificações nas estruturas culturais, políticas e econômicas nos países europeus no fim do séc. XVIII e no início do séc. XIX contribuíram na rapidez da desagregação das potências intermediárias e centrais, as quais detinham domínio externo do sistema colonial. Por último, alguns grupos sociais presentes nas colônias sofrendo pela rigidez da ordenação social e interessados na abolição da sua organização, esses setores eram heterogêneos incluindo indivíduos das vilas e cidades preocupados em nativizar o poder político e econômico (FERNANDES, 1975).

O debate sócio-histórico e antropológico é fundamental para compreender como o imaginário social foi construído e se desenvolveu ao longo da história. Alguns diálogos são necessários para entender a configuração do regionalismo, a exemplo da República, esse período se constitui pela intensificação do processo de industrialização brasileiro e o aumento da expansão produtiva do país gerando uma complexidade social e econômica, a qual acirrou os conflitos políticos obrigando o Estado a se fortalecer institucionalmente ampliando o conservadorismo das elites e propiciando o crescimento considerável do aparelho repressor (CANO, 2012).

Entre os anos de 1920 a 1928 a indústria paulista cresceu em média anual 6,6% e o resto do Brasil 3,3%, e “a concentração da indústria em São Paulo aumentava, dos 31,5% do total nacional em 1919, para 37%, em 1929” (CANO, 2012, p. 82). Partindo dessa concepção, o autor aponta que a consolidação da economia paulista como a principal região de acumulação de capitais atraiu grandes empresas internacionais: Rhodia, Ford, GM, RCA, Kodak, Unilever, Nestlé etc., É nesta conjuntura social - as condições materiais de um determinado período manifesta muitos interesses em disputa e aqui não estão colocadas todas as formas de acirramento possíveis, mas o que está sendo observado é a construção da ideologia regional realizada pela elite⁴ do país – onde podemos compreender a formação do regionalismo.

Algumas perspectivas foram produzidas na sociabilidade brasileira para estabelecer determinados significados socioculturais e políticos sobre as regiões da parte Norte⁵ do Brasil. Este movimento gerou noções que provocaram ideias idílicas e construíram discursos imprecisos (nacionalismo, racialização, estereotipia, regionalismo etc), os quais são oriundos da visão de mundo da elite brasileira. Na obra *A invenção do Nordeste e outras artes* Albuquerque Júnior (2011) discute a respeito das condições de formação de um imaginário sobre o Nordeste apontando questões importantes, a exemplo, do nacionalismo e dos meios de comunicação.

O nacionalismo acentua nos anos 1920 práticas que tinham o intuito de conhecer as relações sociais em cada região e diferenciá-las em seus costumes, valores, tradições, crenças provocando o estranhamento e afirmando os hábitos e práticas da elite dominante como substância ideal cogitando a criação de uma Enciclopédia Brasileira para reunir informações a respeito das diversas realidades regionais, sendo assim os regionalismos são pensados como obstáculos a este processo de unificação, contudo, só acentuava-se ao passo em que o estabelecimento da nação não era neutro, mas se constituía em uma formatação politicamente orientada significando a hegemonização de determinados espaços sobre os outros, dessa

⁴ Nesse estudo não propomos dar conta da complexidade do conceito, o qual pode ser tomado como objeto de reflexão de muitos modos, porém, para fins desse trabalho o termo aplica-se ao conjunto dos sujeitos produtores do imaginário social. Nesse sentido, a burguesia com seus instrumentos de comunicação e alguns intelectuais do fim do séc. XIX e início do séc. XX, debatidos no texto, tiveram papel decisivo na formulação desse imaginário.

⁵ Norte e Nordeste e parte Sul: Sudeste e Sul. Para melhor entendimento incidamos a leitura do estudo já citado *Notas sobre a formação social do Nordeste*. Diante disso, no decorrer da “Primeira República foi ganhando expressão a distinção regional do espaço brasileiro, notadamente pela gradativa diferenciação no interior do que até então era a grande região Norte. Assim, entre outros fatores, como consequência do boom da borracha, passou-se a falar em uma nova divisão espacial, com referência ao Nordeste. Também aqui pesou a influência da geografia francesa fortemente marcada pela regionalização do território. Começa a aparecer na literatura geográfica, nos textos políticos e nas mais diversas expressões culturais o termo Nordeste, a designar uma área que já não mais se confunde com o Norte. Não há, ainda, uma definição oficial dessa nova territorialidade, e as expressões Norte e Nordeste ainda continuam sendo usadas para exprimir a mesma realidade espacial; no entanto, a percepção de realidades distintas já é um fato” (BERNARDES, 2007, p. 64-65).

maneira o desenvolvimento da imprensa na década de 1920 ocasionou a curiosidade nacionalista de explorar o país fazendo os jornais aumentarem as notas de viagem a determinadas regiões até a década de quarenta do século passado, e as descrições eram construídas através de discursos aliando a condição natural com os estereótipos (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012). Isso pode ser percebido através da reportagem de um articulista⁶ do jornal *O Estado de S. Paulo*:

[...] algo sabíamos por leitura sobre a terra do sofrimento, que tem prados só de urzes, tem montanhas de penhascos, habitações só de colmos, céu que nunca se encobre... chão que nunca recebe orvalho, rios que não tem água. O Nordeste brasileiro só foi divulgado com tal designação após a última calamidade que assolou em 1919, determinando a fase decisiva das grandes obras contra as secas (...) quando levas de esqueléticos retirantes vieram curtir saudades infundas na operosidade do generoso seio sulino, quem sabe se ainda em dúvida, entre a miséria de lá e a abundância daqui... (ESTADO DE S. PAULO apud ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 55).

A explicação do autor parte do princípio do cotidiano de cada localidade ser um empecilho para a união do país, por isso, realiza o debate acerca desse projeto de investigação das particularidades presentes nos distintos ambientes culturais. Entretanto, mesmo essa posição demonstrando a capacidade de organização e sistematização política da busca por componentes comuns capazes de proporcionar uma unidade nacional, os critérios utilizados privilegiam questões da cultura dissociando esse fator das problemáticas materiais em torno das práticas econômicas e sociopolíticas tanto da materialização da violência exercida na figura do Estado, bem como dos processos de produção e reprodução da vida social diretamente ligados com a perspectiva hegemônica.

O artigo jornalístico relaciona características topográficas com a condição sociocultural e econômica dos retirantes. Nesse trecho, podemos compreender a influência do pensamento de Euclides da Cunha apresentada em *Os sertões* de 1902 referindo-se aos nativos do sertão, portanto, o imaginário social presente na obra euclidiana representa uma estrutura na qual contribuiu para formação dessa visão sobre o cotidiano das populações do Nordeste. Por mais “desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo [...]” (CUNHA, 1979, p. 91) fossem as interpretações feitas ao sertanejo suas descrições são particulares para entender os múltiplos aspectos da guerra de canudos, do papel do Estado, dos costumes, crenças e a cotidianidade das populações nordestinas.

As relações surgidas das diferenciações ocasionadas pela parte Sul do país através dos jornais, como destacado acima, possibilitou o aprofundamento de uma concepção nacional idealizada em torno do Nordeste, primeiro, porque ampliou a difusão dos diversos estereótipos devido a sua capacidade de alcance populacional, segundo, por gestar um ideal regional que desenvolveu uma condição hostil a respeito das populações nordestinas. Partindo desta perspectiva, é importante apreender a construção do imaginário social articulada pela elite dominante produtora do projeto ideológico que possui na estereotipia, racialização

⁶ O autor não cita o nome do articulista na obra.

e na distinção étnica e de classe um modelo na qual a alteridade é negada em detrimento de uma perspectiva de nação “unirracial e unicultural” (MUNANGA, 1999, p. 90).

Bernardes (2007) coloca que com o fim da monarquia e o início da República federalista entre 1889 a 1930 novas questões regionais foram debatidas no conjunto da sociedade brasileira. O autor destaca a criação da IOCS - Inspetoria de Obras Contra as Secas como marco inicial no governo de Nilo Peçanha onde o problema das secas nordestinas foi enfrentado. Em seguida, aponta à eleição do paraibano Eptácio da Silva Pessoa a presidência indicando a formação de um programa preocupado com o Nordeste, principalmente, referente às secas. Nesse sentido, o autor destaca uma citação de um artigo anônimo chamado *A volta aos campos* publicado⁷ em 17 de março de 1916 pelo *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro apontando a posição do Sul do país em relação ao Nordeste apresentando a produção econômica de Minas, Rio e São Paulo figuradas nas grandes lavouras cafeeiras como objeto capaz de solucionar a questão da seca nordestina através da imigração e utilização da força de trabalho das populações do norte:

[...] Há, pois, uma solução para o problema das secas do norte, que de um só golpe cura dois males, e, entretanto os políticos brasileiros passam ao lado dela, para ir buscar em complicadas e custosas obras de engenharia o remédio que umas simples viagens em paquetes do Lloyd forneceriam. Que venham os flagelados do Ceará para São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, como vai de sua casa para a de um parente o enfermo que não tem recursos e necessita mudar de ares. Deixemos as regiões precárias do Ceará, como reserva de terras para quando o nosso país tiver seus 500 milhões de habitantes. Demos as terras fecundas e as fartas águas do sul aos famintos e sedentos do norte (JORNAL DO COMMERCIO, 1916, p. 2).

As possibilidades de se enquadrar um pensamento único sobre o Brasil são ampliadas proporcionando um modelo de sociedade na qual não possuía a intenção de evidenciar determinados indivíduos como representantes da identidade nacional. Para isso, a elaboração de um imaginário social com a potencialidade de reproduzir os discursos, as concepções, as ideias e os aspectos padronizados são fundamentais para a solidificação de uma mentalidade unívoca adequada às contradições da vida cotidiana, e as disputas ideológicas ocasionadas pela assiduidade do poder.

Dessa forma, o regionalismo se agrava devido à alteração na lógica de socialização do país, primeiro, com a intensificação do acúmulo de capitais, segundo, pelo aumento da divisão do trabalho e da exploração dos grupos em situação de subalternização desenvolvendo uma organização social no país que proporcionou o acirramento dos conflitos sociais. Ruy Mauro Marini (1973) em seu ensaio *A Dialética da Dependência* aponta que nos locais dedicados à produção de mercadorias destinadas a exportação o regime de trabalho assalariado foi determinado primeiro, dando início ao processo de modificação das relações de produtividade na América Latina. O autor destaca o capitalismo conjecturando a apropriação da força de trabalho e não somente os seus produtos, desse modo a escravidão é uma forma de trabalho na qual se adapta de maneira mais eficiente ao capital em detrimento da servidão, não sendo um fenômeno acidental

⁷ O artigo pode ser encontrado na Biblioteca nacional digital do Brasil, a edição do jornal é a de nº 76 do ano de 1916, fonte: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_10&pasta=ano%20191&pesq=.

que os sistemas coloniais conectados com os polos capitalistas europeus foram estruturados a partir do trabalho escravo. Logo, o regionalismo não se expandiu apenas culturalmente como instrumento articulado pela elite, mas acompanhou o modo de transformação da sociedade burguesa.

O dinamismo do capital em ordem mundial modificou as relações de dominações, no campo político e socioeconômico. Quando um país latino era emergido na égide do capitalismo hegemônico europeu, as relações do capital mudavam nesses países devido a uma nova configuração na sua funcionabilidade. Mas, sobretudo as classes aristocráticas, oligárquicas detiam o privilégio da ordenação social, política e cultural do capital. Sobretudo, "a construção da nação" era a movimentação dos interesses das minorias privilegiadas e os seus anseios de uma criação nacional "única" (FERNANDES, 1975).

A capacidade de reprodução é um elemento constitutivo do imaginário social capaz de internalizar concepções fazendo com que os indivíduos, alvos desse processo, reproduzam essas práticas nas quais são sujeitados. Ora, isso evidencia o aprimoramento e a sofisticação presente na construção do ideal de nação do país, porque ao mesmo tempo é apresentado um modelo cívico e de progresso e a adequação dessa normatização a partir dos sujeitos, instituições, grupos políticos, Estado etc. Este regionalismo é fruto das teorias raciais do final do séc. XIX e início do séc. XX existente no debate acerca da elaboração da identidade nacional consequentemente da ideologia regional. A problemática em torno das interações estabelecidas no Nordeste brasileiro foi idealizada por parte da intelectualidade, dos meios de comunicação e da classe dominante do país. Um dos expoentes do pensamento racial brasileiro foi Oliveira Vianna que construiu uma concepção morfológica da população negra e indígena apontada com predisposições "e uma certa capacidade para produzirem mais frequentemente este ou aquele tipo de temperamento, este ou aquele tipo de inteligência" (VIANNA, 1959, p. 33).

O regionalismo é uma expressão, antes de tudo, da ideologia racial brasileira que se fez necessária para elite promover a inferiorização de grupos sociais, além de possibilitar organizar a sociedade com valores, crenças, costumes, ideias e concepções adequadas a partir dos seus anseios. Esta condição implica em uma criação de um imaginário social unilateral no sentido similar ao construído por Munanga (1999) ao explicar pelo pensamento brasileiro do fim do séc. XIX e meados do séc. XX a discussão do conceito de mestiçagem em sua forma biológica (miscigenação) e no aspecto cultural (sincretismo cultural), onde determinada sociedade seria desenvolvida através da hegemonia de um modelo racial e sociocultural branco no qual engendraria o processo de assimilação de todas as outras raças, bem como suas diversas produções culturais, contudo, além desses elementos suscitados pelo autor essa unilateralidade é dialética estando em constante modificação nos contextos históricos fazendo parte das contradições políticas e econômicas do fluxo da vida cotidiana de cada período, e proporcionando em cada época idealizações e mistificação de diversas narrativas sobre a história.

Renato Ortiz (1982) na obra *Cultura Brasileira e Identidade Nacional* analisa a formação da identidade nacional destacando que a aceitação das teorias evolucionistas por parte da sociedade brasileira implicava em analisar a evolução do país através das interpretações de uma historicidade natural da humanidade, sendo

assim, o estágio civilizatório do Brasil encontrava-se definido como inferior em consonância com os estágios alcançados pelos países europeus.

Albuquerque Júnior (2011) aponta que artigos publicados no *O Estado de S. Paulo*, a exemplo das *Impressões de São Paulo*, possuíam o objetivo de construir uma imagem de São Paulo sendo um espaço homogêneo onde não houve a participação das populações negras e indígenas na estruturação da sociedade: “eles chegaram do Atlântico, radicaram-se na terra fértil fizeram o seu engrandecimento e muitos, a própria abundância [...] foram sempre uma raça exuberantemente fértil em tipos moral e fisicamente eugênicos” (ESTADO DE S. PAULO apud ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 57), desse modo contrapondo às descrições realizadas no escrito as *Impressões do Nordeste* elaborado por Paulo Moraes colunista do referido jornal, nesse texto o jornalista faz inferências à população nordestina considerando “fanáticos boçais que se disseminavam por toda parte na região” (ibidem, 2011, p. 56).

Dessa forma, o pensamento regionalista buscava diferenciar as condições sociais entre as regiões para estabelecer um imaginário social no qual ficasse expressa a autoridade de um espaço sobre outro, isso dimensionou como as relações foram estabelecidas na construção da unificação do país. É na emergência de pensar o Brasil enquanto uma unidade nacional que a ideologia regional está alocada produzindo diferenciações, portanto, nesse cenário as tipificações são construídas e as distinções socioculturais são enaltecidas:

A partir do paradigma naturalista, a importância do meio combinado às características da raça justificava, categoricamente, os porquês do comportamento do brasileiro. A exemplo disso via-se o negro do litoral sendo mais malevolente, o homem do sertão mais sisudo e ríspido, a mulata sensual... E, assim foi-se criando um Brasil de tipos (degenerados) e construindo no discurso sobre a identidade nacional o contorno de alguns estereótipos (VASCONCELOS, 2006, p. 2).

Sobretudo, são através dessas compreensões que o Nordeste é impulsionado não somente pelos diversos imaginários formados, mas mediante a capacidade teórica de legitimação e organização conduzida pela intelectualidade do país. É nesta complexidade de elementos que se desenvolve o regionalismo, não apenas como instrumento de diferenciação, mas uma ideologia elaborada pela elite brasileira com a finalidade de instituir no processo de formação de nação do país uma concepção na qual a pluralidade não foi formulada como teoria central na construção política, econômica e sociocultural da vida cotidiana brasileira.

2. A PRODUÇÃO SOCIAL DOS ESTEREÓTIPOS

Bernardes (2007) destaca que a denominação *Região Nordeste* ou *Nordeste* tem alguns significados cristalizados evocando diversas imagens, tanto do caráter geográfico, quanto dos aspectos socioculturais. Na primeira, elementos da paisagem e da vegetação são emersas, já no plano cultural as representações do Nordeste dentro e fora da região são demarcadas através das expressões da cultura popular: bumba-meu-

boi, maracatu, frevo, coco de roda, chegança, literatura de cordel etc. Por outro lado, as imagens sociais nordestinas, de certa maneira transmitidas pelas grandes emissoras televisivas, estão associadas ao coronelismo, a persistência de relações arcaicas situadas em um mundo pré-capitalista.

O autor afirma que essas imagens podem ser compreendidas como estereótipos fazendo parte da complexidade do jogo das identidades desenvolvidas em uma relação entre os de fora e os de dentro da região. Essas identidades também são importantes na legitimação dos interesses econômicos, políticos e de reconhecimento cultural, dessa maneira podemos tomar essa análise para pensar as possibilidades de continuação desse imaginário social na contemporaneidade a partir do governo atual do país figurado pelo presidente Jair Bolsonaro. Em uma conversa realizada em 19 de julho de 2019 com o ministro da casa civil Onyx Lorenzoni⁸ o atual chefe do executivo proferiu falas estereotipando os governadores nordestinos chamando-os de “paraibas”⁹, o termo faz parte da estrutura de exclusão e hierarquização partilhada ao longo das décadas no conjunto da sociedade brasileira:

As expressões paraibas, baianos, cabeças-chatas, usadas para nomear migrantes nordestinos instalados em outras regiões, mas, sobretudo, no Sul e no Sudeste do Brasil, carregam uma forte carga de preconceito, discriminação e de exclusão. As personagens, em geral caricaturais, que representam pessoas do Nordeste, em diversas novelas de televisão, inclusive com um pretense sotaque nordestino situam-se nesse mesmo universo do diferente, do exótico e do atraso (BERNARDES, 2007, p. 42).

Quando a depreciação é transmitida através da instância máxima de representação do país conseguimos perceber o nível na qual a racialização, o preconceito e o estereótipo alcançaram no desenvolvimento das instituições e no cotidiano dos indivíduos. Dois dias após a manifestação desprezando o Nordeste o presidente voltou a desdenhar da sua população depois de uma entrevista dada em frente ao Palácio da Alvorada, perguntando aos seus apoiadores: “Tem algum nordestino aí? Alguém tá ofendido comigo aí? Atenção, imprensa, tem algum nordestino ofendido comigo aí?”¹⁰. As afirmações de Bolsonaro estão vinculadas a gênese do racismo científico e a elaboração do projeto de nação onde o regionalismo e o estereótipo contribuíram na formação do imaginário social acerca dos nordestinos. Essa ideia proporcionou a criação de um mecanismo sólido com a capacidade política de produzir percepções não apenas idealizadas, mas apresentando narrativas que buscaram através dos diversos estereótipos hierarquizar os sujeitos, sendo assim as concepções elaboradas a respeito do cotidiano nordestino foram representadas enquanto uma sociabilidade inferior ao fluxo da vida social praticada na parte Sul do país.

Homi Bhabha (1998, p. 105) coloca que o estereótipo é uma das estratégias do discurso colonial um modo de representação paradoxal conotando rigidez, ordem imutável, degeneração e repetições constantes sendo formas de identificação e conhecimento do que permanece exatamente no mesmo lugar,

⁸ Atualmente ministro da cidadania.

⁹ Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/termo-paraiba-usado-por-bolsonaro-reflete-preconceito-ao-nordeste-e-cabepunicao.shtml>.

¹⁰ Fonte: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/21/tem-algum-nordestino-ofendido-questiona-bolsonaro-a-apoiadores-em-brasilia.ghtml>.

isto é, já conhecido e algo no qual precisa ser continuamente reforçado. Para o autor, a estereotipia é uma ferramenta capaz de moldar o indivíduo diferenciando-o a partir de manifestações arbitrárias onde o outro é colocado como um ser degenerado:

O objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução. Apesar do jogo de poder no interior do discurso colonial e das posicionalidades deslizantes de seus sujeitos (por exemplo, efeitos de classe, gênero, ideologia, formação sociais diferentes, sistemas diversos de colonização, e assim por diante) estou me referindo a uma forma de governamentalidade que, ao delimitar uma “nação sujeita”, apropria, dirige e domina suas várias esferas de atividade (BHABHA, 1998, p. 111).

O debate intelectual no início do séc. XX estava preocupado em construir uma identidade nacional para o Brasil, entretanto as discussões produziram um ideal de nação onde a presença de determinados sujeitos, por exemplo, do sertanejo não era significativa. Um dos elementos constituintes deste processo foi a estereotipia que estabelece condições singulares, as quais demarcam através de alguns atributos (dialeto, espaço regional, raça, classe) a distinção sociocultural, política e econômica. Os meios de comunicação, em especial a mídia televisiva, utilizam os estereótipos como forma de representação dos nordestinos, basta observar os programas, novelas, séries que tomam a população do Nordeste como personagens tipificados, isto é, as falas, os discursos, a estética são apresentadas de maneira jocosa.

Essa maneira de representar esses sujeitos constrói um imaginário social sem cautela, preocupação e reflexão sobre o modo de pensar as relações em torno das variadas populações nordestinas. Bhabha (1985, p. 117) aponta que “o estereótipo não é uma simplificação porque é uma falsa representação de uma dada realidade”, sendo assim sua ambivalência o torna um elemento de simplificação porque é uma forma fixa e presa de representatividade, pois ao negar a diferença constitui um problema na representação do indivíduo e das significações em torno das interações psíquicas e sociais.

Esse contexto dimensionou a região Nordeste como um espaço social denotado por interações arcaicas fortalecendo manifestações excludentes e discriminatórias. A intelectualidade brasileira contribuiu com a situação de subordinação da população nordestina, a exemplo, do sertanejo visto como selvagem, analfabeto, inculto etc. Dois intelectuais que contribuíram para a criação desse imaginário foram Oliveira Vianna e Nina Rodrigues, o primeiro, em seu livro *Raça e assimilação* de 1932 descreve morfologicamente negros e indígenas ao citar Frederico Muller: “o negro é, em todas as cousas, um sensitivo, em que a fantasia domina [...] E a esta fantasia sem freio que ele deve seu amor aos enfeites e à frivolidade, assim como seu gosto pelos espetáculos e pela dança [...] o selvagem em geral, é sombrio, reservado” (VIANNA, 1959, p. 34). O segundo afirma na obra *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* de 1894: “o negro crioulo conservou vivaz os instintos brutais do africano: é rixoso, violento nas suas impulsões sexuais, muito dado à embriaguez e esse fundo de caráter imprime o seu cunho na criminalidade colonial atual” (RODRIGUES, 2011, p. 49).

Embora, em especial, Nina Rodrigues seja nordestino nascido no Maranhão tendo produzindo seus trabalhos na Faculdade de Medicina da Bahia e considerado um dos precursores da antropologia brasileira elaborando estudos a respeito das populações negras e das suas manifestações religiosas e culturais de relevância significativa para as Ciências Sociais, também compreendemos a racialização provocada por suas interpretações antropológicas. Nesse sentido, no livro *Brasil: uma biografia* de Schwarcz e Sterling (2015) é destacado como a antropologia criminal de Cesare Lombroso e o darwinismo racial tiveram sucesso no Brasil, sendo assim, compreendia-se as raças como formas fixas e essenciais dividindo a humanidade através de hierarquias naturais, isto é, cada raça representando potências diferentes e inalteráveis sendo os caucasianos a representação máxima da pirâmide evolutiva e social, e a população negra apresentada na base.

As autoras analisam que de acordo com profissionais do país como Nina Rodrigues as pessoas mestiças estavam de certo modo mais propensas à loucura, à criminalidade e a outros atributos característicos do seu grupo racial, e com a publicação em 1894 da obra *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* sugere a elaboração de dois códigos penais, um para os negros e o outro destinado aos brancos e que se adaptassem ao nível evolutivo de cada grupo. As teorias desenvolvidas no final do séc. XIX na sociedade brasileira estavam orientadas por uma conjuntura fundamentada pela categoria de raça, construindo concepções racializadas evidenciando a busca do projeto de nação:

A questão racial tal como foi colocada pelos precursores das Ciências Sociais no Brasil adquire na verdade um contorno claramente racista, mas aponta, para além desta constatação, um elemento que me parece significativo e constante na história da cultura brasileira: a problemática da identidade nacional (ORTIZ, 2006, p. 7).

Nesse sentido, alguns teóricos elaboraram pesquisas a respeito das supostas diferenças raciais entre os indivíduos buscando identificar determinadas tipificações ocasionadas pela distinção racial. Schwarcz (2006, p. 47) destaca ser “evidente a aceitação do darwinismo social e da antropologia criminal”, assim como a perspectiva hierárquica na diferenciação entre as raças para Nina Rodrigues apontando o período em que o médico escreve seu estudo caracterizado por múltiplos determinismos tanto de caráter biológico quanto raciais e sociais. “Nina Rodrigues, em suas análises do direito penal brasileiro, tece inúmeras considerações a respeito da vinculação entre as características psíquicas do homem e sua dependência do meio ambiente” (ORTIZ, 2006, p. 8). O autor continua a análise apresentando o meio e a raça constituindo-se como categorias de interpretação que definia o quadro analítico da sociedade brasileira, onde o entendimento da natureza e dos elementos geográficos esclarecia os fenômenos políticos e econômicos do país.

Schwarcz (2006) apresenta que o médico legista, em sua obra já citada, emprega a noção do intelecto do sujeito não possuir relevância, pois o mesmo é parte integrante do seu grupo racial condicionando-o a um determinado tipo de comportamento. Ortiz (2006, p. 20) salienta que em Nina Rodrigues “as raças superiores se diferenciam das inferiores, segundo, no contato inter-racial e na concorrência social vence a raça superior, terceiro, a história se caracteriza por um aperfeiçoamento lento e gradual da atividade psíquica,

moral e intelectual”. Sobretudo, ao desenvolver uma leitura baseada na categoria de raça relacionando elementos geográficos e biológicos, o autor negou a desigualdade como fator social, bem como internalizou as diferenças provocando uma concepção racializada dos indivíduos.

Ortiz (1982) destaca que a história brasileira foi narrada em termos deterministas, clima e raça exemplificando a natureza indolente do brasileiro, a insegurança e as manifestações da elite intelectual do país. Desse modo, as relações a respeito do imaginário social foram sendo elaboradas colocando os indivíduos considerados diferentes, a exemplo, do sertanejo numa condição subalterna, portanto, é nesta situação ideológica de determinação do sujeito que emerge o imaginário em torno do Nordeste. Euclides da Cunha ao analisar a condição do nordestino acaba contribuindo para essa noção destacando:

Com efeito, é inegável que para a feição anormal dos mestiços de raças mui diversas contribui bastante o fato de acarretar o elemento étnico mais elevado mais elevadas condições de vida, de onde decorre a acomodação penosa e difícil para aqueles. E desde que desça sobre eles a sobrecarga intelectual e moral de uma civilização, o desequilíbrio é inevitável. A índole incoerente, desigual e revolta do mestiço, como que denota um íntimo e intenso esforço de eliminação dos atributos que lhe impedem a vida num meio mais adiantado e complexo [...] O sertanejo tomando em larga escala, do selvagem, a intimidade com o meio físico, que ao invés de deprimir enrija o seu organismo potente, reflete, na índole e nos costumes, das outras raças formadoras apenas aqueles atributos mais ajustáveis à sua fase social incipiente (CUNHA, 1979, p. 88-89).

A construção do imaginário social nordestino é complexo no sentido de múltiplas determinações a respeito da sua formação, mas os elementos apontados pelo estudo são partes integrantes do mesmo, a intenção aqui é apontar que a idealização da região é muito mais profunda e ideologicamente construída, contudo, estas criações ideológicas contribuirão para idealizar o cotidiano da região. O pensamento da burguesia em volta do Nordeste diz respeito a um projeto de nação onde se fazia necessário legitimar uma unidade possibilitando eleger grupos sociais que representassem a expressão da classe dominante, essa manifestação possui o objetivo de dificultar a transformação das condições materiais enraizando através das ideologias (regionalismo, estereotípias, classe, racismo, etc) a manutenção do *status quo*.

Os movimentos messiânicos contribuem para a formulação do imaginário sendo utilizados como instrumentos da estereotípias, podemos observar na reportagem de Lourenço Filho¹¹:

Um recuo no tempo para os olhos de um filho do Sul, a vida parece desandar, girar ao inverso, vinte anos a menos em cada dia de viagem... Povo, hábitos, manifestações estéticas e religiosas e preconceitos, tudo soa no vazio de eco, com as vozes indefiníveis de alongado pretérito (...) a linguagem sustenta formas quinhentistas, abandonadas de muito mesmo em Portugal, de onde vieram (O ESTADO DE S. PAULO apud ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006, p. 73).

Na mesma linha de raciocínio, o cangaço aparece sendo um elemento de legitimação da população nordestina como selvagem, violenta e arcaica com relação à civilização da parte Sul do país, sendo assim “o

¹¹ Enviado a Juazeiro pelo jornal *O Estado de S. Paulo* para investigar o movimento messiânico de Padre Cícero.

cangaço só vem reforçar essa imagem do nortista como homem violento e do Norte como uma terra sem lei, submetido ao terror dos “bandidos e facínoras”, além da violência de suas oligarquias” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 74). O autor explica as práticas violentas dos cangaceiros fortalecendo a visão irracional do nortista, entretanto, não expõe as contradições sociais – coronelismo, violência sistêmica do Estado, secas, fome, latifúndio etc - em volta do fenômeno individualizando o cotidiano nordestino. Ora, compreender a complexidade das ações desempenhadas no sertão por sujeitos em um contexto de extrema pauperização não pode ser resumida referindo-se somente a atitudes impetuosas, e sim, buscar problematizar as diversas características em torno da heterogeneidade dos acontecimentos.

A formação do imaginário social nordestino não foi obra do acaso e das limitações teórico-metodológicas de cada contexto histórico, e sim, uma elaboração do projeto de desenvolvimento da sociedade brasileira constituída por diversos estereótipos possibilitando a diferenciação entre as regiões. Desse modo, as representações do ambiente social nordestino foram marcadas por um pensamento de uma elite, em especial sulista, que dimensionou através das suas manifestações ideológicas práticas e modos de dominação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de construção do Nordeste é complexo proporcionando ao conjunto da sociedade diversas concepções acerca do fluxo da vida social na região. No entanto, algumas questões são centrais ao pensarmos essa condição: a) a estereotipia enquanto forma ideológica utilizando-se da diferença para criar um padrão cívico; b) a ideologia regional possibilitando o desenvolvimento da estratificação social, política e econômica; c) a produção do ideal de nação baseado nos valores, costumes e práticas cotidianas da elite brasileira resultando na hierarquização de determinados grupos sociais e regionais.

Balibar (1988, p. 33) destaca que “de hecho, no hay racismo sin teoria(s)”, portanto, não há imaginário social sem teoria. Nesse sentido, é fundamental apreender as estruturas de dominação como formas organizadas a partir de racionalidades subjetivas e concretas fruto do pensamento intelectual de um determinado período histórico, e a maneira na qual essas reflexões foram articuladas pela elite política e econômica com o intuito de representar uma visão idealizada sobre o meio social.

Destarte, analisar o processo de determinada cosmovisão se faz necessário compreender a dinâmica da sua estruturação, e das diversas potencialidades capazes de produzir socialmente conteúdos intrínsecos com os sistemas de poder. Nessa perspectiva, pensar o Nordeste é problematizar a construção da unificação nacional brasileira, e buscar ampliar o debate a respeito de como se articulou uma concepção idílica acerca das relações socioeconômicas, políticas e culturais presentes no cotidiano nordestino. Para isso, não se pode complexificar a análise tomando como ponto unilateral somente as ideologias desenvolvidas regionalmente, mas entender a reprodução dos estigmas internamente a partir dos indivíduos que são alvos desse processo,

portanto, essa correlação constitui a dinâmica de materialização dos diversos recursos utilizados para manutenção do *status quo*. Essa configuração social proporciona a sustentação e a legitimação de diversas práticas excludentes oriundas dos discursos, narrativas e projetos políticos destinados a obliterar a pluralidade e os possíveis modos dos variados grupos sociais representarem a sua história.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BALIBAR, Etienne. Existe um neorracismo?. In: _____. **Raza, Nación y Clase**. Espanha: IEPALA, 1988. cap. 1, p. 31-48.
- BERNARDES, Denis de Mendonça. **Notas sobre a formação social do Nordeste**. São Paulo, v. 71, p. 41-79, 2007.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- CANO, Wilson. **DA DÉCADA DE 1920 À DE 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil**. Ver. Pol. Públ., São Luís, v.16, n.1, p. 79-90, jan/jun. 2012.
- CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Abril cultural, 1979.
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 11ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- MAGALHÃES, Guilherme; FARIA, Flávia. **Termo 'paraíba' usado por Bolsonaro reflete preconceito ao Nordeste, e cabe punição**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 20 de jul. de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/termo-paraiba-usado-por-bolsonaro-reflete-preconceito-ao-nordeste-e-cabe-punicao.shtml>>. Acesso em: 22 abr. 2020, 16:21:51.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: Traspadini, Roberta e Stedile, João. (Org.). **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MUNAGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra**. Rio de Janeiro : Vozes, 1999.
- ORTIZ, Renato. **Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX**. Cadernos CERU, São Paulo, n.17, p.13-35. 1982.
- ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- PEREIRA, Laurindo Mékie. **Reflexões sobre a atualidade e operacionalidade do materialismo histórico nos estudos das identidades regionais**. Rev. História & Perspectivas, v. 40, p. 117 -150, jun-jul. 2009.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011.

SCHWARCZ, Lília Katri Moritz.; STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

SCHWARCZ, Lília Katri Moritz. **Quando a Desigualdade é Diferença: Reflexões sobre Antropologia Criminal e Mestiçagem na Obra de Nina Rodrigues**. *Gazeta Médica da Bahia*, v. 76, p. 47-53, 2006.

'Tem algum nordestino ofendido?' questiona Bolsonaro a apoiadores em Brasília. G1, Brasília, 21 de jul. de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/21/tem-algum-nordestino-ofendido-questiona-bolsonaro-a-apoiadores-em-brasilia.ghtml>>. Acesso em: 23 abr. 2020, 10:20:10.

VASCONCELOS, Cláudia. **A Construção da Imagem do Nordeste/Sertanejo na Constituição da Identidade Nacional**. Salvador, p.1-13, Mai. 2006.

VIANNA, Oliveira. **Raça e assimilação**. 4º ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

Volta aos campos. *Jornal do commercio*, Rio de Janeiro, 17 de mar. de 1916. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_10&pasta=ano%20191&pesq=>>. Acesso em: 21 abr. 2020, 15:26:39.